

## Na América Latina, desemprego do Brasil só é inferior a haitiano

Por Raphael Di Cunto

A taxa de desemprego no Brasil em 2017 foi a segunda maior de toda a América Latina, atrás apenas da do Haiti, e acima da média de todos os continentes, segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) com base em informações da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em meio à crise econômica, o desemprego no ano passado atingiu 12,9% da população brasileira economicamente ativa e que tentou buscar um trabalho. Quase um terço dos jovens entre 15 e 24 anos tentou e não encontrou emprego e 24,8% nem trabalham nem estudam.

### Geração perdida?

Um terço dos jovens (15 a 24 anos) está fora do mercado de trabalho no Brasil - em %



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) da ONU, com base em informações da Organização Internacional do Trabalho (OIT).  
\* O dado se refere ao número mais atual, entre 2012 e 2017, dos países pesquisados.

# INFORME

O percentual de desempregados diminuiu pouco neste semestre e ficou em 12,3% até julho, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O país tem, ao todo, 12,9 milhões sem trabalho, além de 4,8 milhões de desalentados (que desistiram de procurar emprego).

De 20 países da América Latina, só o Haiti - que tem apenas o 168º maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 189 países avaliados pela ONU - conta com situação pior que a do Brasil, que é o 79º no ranking do IDH. De acordo o Pnud, 14% dos haitianos estavam desempregados no ano passado, percentual que chegava a 36% dos jovens.

O terceiro país da lista é a Colômbia, com 9% da população desempregada e um índice de jovens fora do mercado de trabalho bem menor, de 18,4%.

Mesmo a Venezuela, que vive uma crise econômica e política, aparece melhor que o Brasil: 8,1% dos venezuelanos estavam sem emprego, problema que atingia 17,6% dos que têm entre 15 e 24 anos, segundo a estimativa divulgada com base em dados da OIT.

A menor taxa de desemprego da região é de Cuba, com 2,6%, índice que vai a 5,5% entre os jovens.

A deterioração do mercado de trabalho no Brasil começou em 2015, com a recessão. A taxa de desemprego, que foi a 6,7% no ano da reeleição da presidente Dilma Rousseff, avançou para 8,4% e 11,6% nos dois anos seguintes.

Mesmo a melhora vista nos últimos meses é vista com ressalvas, já que foi puxada principalmente por vagas sem carteira assinada e por conta própria.

Nos últimos três anos, houve saldo negativo no mercado de trabalho formal -quase 3 milhões de postos de trabalho com carteira assinada foram perdidos entre 2015 e 2017.

Na comparação entre os mesmos 20 países latino-americanos, a taxa de desemprego brasileira em 2014 (antes do agravamento da crise e seus efeitos no mercado de trabalho) era a sexta maior da região, sendo superada pelas registradas em Haiti, Argentina, Venezuela, Costa Rica e Colômbia e idêntica à do Chile - neste último, o índice fechou no ano passado a 7%.

Na lista geral, em um grupo de 181 países, o Brasil teve no ano passado a 28ª maior taxa de desemprego do mundo, em um ranking liderado por Palestina (27,9%) e África do Sul (27,7%).

# INFORME

A taxa de desemprego brasileira está acima, inclusive, da média de regiões como a África subsaariana, que tem 7,7% de pessoas sem trabalho (13,6% entre os jovens), e do mundo árabe, onde 10,6% da população economicamente ativa não encontrou emprego (27,5% entre os com menos de 24 anos).

A média entre os países com nível de IDH parecido com o brasileiro (que estão na faixa que a ONU chama de "alto desenvolvimento humano") é de 6,3% de desempregados e 15,3% sem encontrar trabalho.

O cenário dos problemas do mercado de trabalho brasileiro não é muito diferente quando a comparação fica restrita apenas a aquelas pessoas que têm entre 15 e 24 anos.

A taxa de desemprego dos jovens do país, de 30,5%, é a segunda maior da América Latina, ficando atrás novamente da haitiana: 36%.

Na comparação global, o índice dos jovens é o 27º mais alto, atrás por exemplo de África do Sul (57,4%, o mais expressivo do levantamento), Grécia (42,8%) e Espanha (39,4%) - estes dois últimos foram símbolo da crise europeia iniciada no fim da década passada, em que mais da metade dos jovens desses países chegou a estar desempregada nesse período.

Já o número de pessoas entre 15 e 24 anos que nem trabalham nem estudam - conhecidos como geração "nem nem" - é mais complexo de ser obtido e está defasado no levantamento da ONU, que divulgou o dado mais atual de cada país, mas há alguns em que a informação remete a 2012. No Brasil, os "nem nem" são 24,8% dos jovens.

Os "nem nem" não precisam ter procurado emprego, por isso o número de jovens que não trabalham nem estudam costuma ser maior que os que tentaram encontrar trabalho e não conseguiram. O mais alto da América Latina é no Paraguai, com 37% - a taxa de desemprego da população é bem menor, de 5,8%.

O desemprego é um dos reflexos da crise econômica, que, por sua vez, ajuda a explicar por que o Brasil desacelerou a melhora que vinha apresentando ao longo das últimas três décadas no IDH, que avalia indicadores de saúde, educação e padrões de vida da população. Ainda assim manteve a 79ª posição no ranking com 189 países e territórios pesquisados.

O IDH brasileiro foi de 0,759 em 2017, o que classifica o Brasil entre os países com "alto desenvolvimento humano", índice que reflete a esperança de vida ao nascer, a escolaridade e a renda anual per capita.

# INFORME

Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento. A Noruega, primeira do ranking, tem 0,953, e o Níger, que é o último, 0,354.

Desde 2012, o Brasil subiu sete posições no ranking dos países, mas a velocidade de melhora do IDH diminuiu desde a crise econômica que começou no meio de 2014.

O índice aumentou 0,009 nos dois anos entre 2010 a 2012, 0,016 no biênio entre 2012 a 2014 e 0,005 de 2014 para 2015. De 2015 para 2016, contudo, o índice só subiu 0,001, número que se repete agora.

O aumento tímido se deve a uma estagnação nos anos esperados de escolaridade e na média de anos de estudo dos brasileiros e queda na renda per capita, que era de US\$ 14.350 pelo critério de paridade do poder de compra em 2015 e agora é de US\$ 13.755.

No período, o Brasil vem enfrentando uma das maiores recessões econômicas de sua história.

Na América do Sul, o Brasil é o quinto com melhor IDH, atrás de Chile, Argentina, Uruguai e Venezuela (que vem perdendo rapidamente pontos e caiu 16 posições em relação a 2016).

A desigualdade brasileira, contudo, é uma das mais altas, segundo o Pnud.

O Brasil é o terceiro país da região que mais perde pontos no IDH quando o indicador é ajustado quando leva-se em conta a diferença entre os mais e menos abastados de uma nação.

Caiu de 0,759 para 0,578, abaixo da média da América Latina e Caribe (0,593).

Já o índice de desenvolvimento de gênero, que separa o IDH de homens e mulheres, mostra um pequeno desnível para os homens: os brasileiros têm um IDH de 0,761, e as brasileiras, de 0,755.

Embora as mulheres tenham maior escolaridade e longevidade, a renda anual per capita delas foi 42,7% menor que a dos homens, que é de US\$ 17.566.

## **CIEE registra crescimento de 20% nas ofertas de vagas**

*Para especialista, esse aumento apontado na Capital paulista é um bom sinal porque denota “uma confiança do empresariado no cenário pós-eleição”*

### **FERNANDA GÜTSCHOW • SÃO PAULO**

Um aumento nas ofertas de vagas de estágio na cidade de São Paulo foi registrado pelo Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) no início do segundo semestre deste ano.

De acordo com o supervisor de atendimento às empresas e instituições de ensino do CIEE, Luiz Douglas de Souza, a capital paulista teve um crescimento de quase 20% nas ofertas, quando comparado ao mesmo período do ano passado.

As oportunidades de estágio são principalmente para empresas privadas e elas condizem com o trimestre, já que setores como o comércio começam a se programar para o final do ano. “Esse aumento é um bom sinal. Estamos percebendo uma confiança do empresariado no cenário pós-eleição”, comentou Luiz Douglas.

As alterações nas leis trabalhistas, no entanto, não influenciaram no aumento de ofertas para universitários. “O estágio tem um viés educacional. O objetivo é formar a pessoa e trazer o teórico para a vivência presencial. Contratar mais estagiários ao invés de funcionários CLT pode impactar na aprendizagem”, disse o especialista.

As Pequenas e Médias Empresas (PME) estão mais abertas a receber estagiários, segundo o supervisor do CIEE. “No momento de crise, muitos profissionais deixaram seus postos para abrir seus próprios negócios e a maioria acredita que dar oportunidade de estágio para os jovens é um bom caminho”, explicou.

Como Microempreendedores Individuais (MEI) estão permitidos por lei a ter “um único empregado que recebe exclusivamente um salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional” e a contratação de estagiários é mais simples, rápida e menos custosa, essa normalmente é a primeira opção.

Além disso, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) incentiva que as PME contratem esse público por causa de vantagens, como moldar os colaboradores de acordo com as necessidades e o perfil do negócio. “Para a empresa, além das vantagens de oxigenar, trazer pensamentos e formas novas de atuação, é possível trazer uma aproximação das instituições de ensino com o mundo do trabalho”, 5

# INFORME

disse Luiz Douglas sobre os benefícios de se contratar estagiários. Já para os jovens, além de ser a principal porta de entrada para o mercado de trabalho, as vantagens são colocar em prática aquilo que estão aprendendo na graduação e poder experimentar o cotidiano da profissão para saber se a decisão do curso foi correta. No CIEE, o estudante não paga para concorrer às vagas e qualquer empresa, também de forma gratuita, pode entrar em contato com a instituição para receber orientações.

## ***10 anos da Lei de Estágio***

No dia 25 de setembro, o CIEE realiza o seminário “10 Anos da Lei de Estágio”, no Espaço Sociocultural – Teatro CIEE (Rua Tabapuã, 445 - Itaim Bibi), a partir das 18h30. Com mediação do superintendente Institucional, Jurídico e Compliance da instituição, Ricardo Melantônio, o evento vai abordar os dez anos da legislação nas esferas jurídica, acadêmica e empresarial.

Os 150 primeiros que chegarem vão ganhar o livro “Estágio e Relação de Emprego”, do desembargador Sergio Pinto Martins. Os interessados podem fazer a inscrição no [www.ciee.org.br/portal/eventos](http://www.ciee.org.br/portal/eventos).

## **Especialista alerta para detalhes no eSocial**

***Nesta segunda etapa, os empregadores deverão informar, na ferramenta, dados dos trabalhadores e seus vínculos com as empresas, os chamados eventos não periódicos***

### **MILTON PAES • CAMPINAS**

Diante das prorrogações de datas para a entrada em vigor do eSocial, o CEO do Grupo Bahia Associados, Jorge Carlos Bahia, explicou que as empresas devem tomar cuidado no preenchimento dos dados iniciais para evitar problemas. Bahia lembra que o eSocial está sendo implementado em fases. “Primeiro você coloca no site do eSocial os dados cadastrais da empresa, depois os dados mais específicos sobre folha de pagamento e dos cadastros dos funcionários”, explica.

Nesta etapa, as chamadas empresas do segundo grupo deverão realizar seus cadastros como empregadores no sistema e enviar tabelas ao eSocial. Com a mudança, a segunda fase, que se iniciaria em setembro, passou para o mês de outubro. A data prevista para o início da segunda fase é 10 de outubro. As medidas beneficiam as empresas com faturamento inferior a R\$ 78 milhões. O eSocial já havia ampliado o prazo da primeira fase de implantação do programa para o final de setembro.

# INFORME

Nesta segunda etapa, os empregadores deverão informar ao eSocial dados dos trabalhadores e seus vínculos com as empresas, os chamados eventos não periódicos. As empresas terão mais tempo para prestar as informações iniciais e suas tabelas, conforme definido na Resolução nº 04/2018, do Comitê Diretivo do eSocial, medida que beneficia cerca de três milhões de empresas.

Bahia disse que, em atendimento a uma solicitação feita pelo Sintelmark - Sindicato Paulista das Empresas de Telemarketing, o Grupo Bahia fez uma palestra sobre o eSocial para a empresa Uranet. As dúvidas foram muitas, segundo Bahia, e a preocupação principal é com o fato de preencher a tabela do eSocial. Ele conta que as informações de folha de pagamento, de imposto e encargos sobre a folha devem ir, na visão da empresa, para o governo "redondinho", no entanto, Bahia lembra que as empresas devem ter uma preocupação maior, além dessa, que está passando despercebida. "O eSocial é um módulo do Sped e as informações que forem disponibilizadas nesse módulo vão ser validadas com as informações em outro módulo do sistema."

Como exemplo, Bahia fala sobre o caso de um salário de diretor. "Tem empresas que tem salário de diretor, onde não incluem o valor do carro disponibilizado para ele. Só que existe uma forma de contabilização dessa despesa para que a empresa tenha proveito para fins de resultado contábil e fiscal, que já está informado ao governo no Sped contábil há 4 anos. Já está informado na declaração do imposto de renda digital. Se agora for colocada alguma informação divergente no eSocial, com relação a remuneração desse diretor, isso vai dar inconsistência de dados que vão ser cruzados lá na frente e trará problemas para a empresa", explica.

Durante a explanação na Uranet, a proposta na abordagem do tema foi demonstrar a necessidade de conhecer os impactos que as parametrizações de dados no eSocial irão causar, ou poderão causar, em um universo maior de validação das informações, universo esse que envolva questões fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias impactantes no resultado da organização. "Essa abordagem nos leva a refletir, como ocorreu no evento, sobre aspectos vinculados a governança corporativa, interoperabilidade de sistemas, e a oportunidade que a implantação do Sped, e agora de maneira mais específica, direcionada ao eSocial esta proporcionando as empresas" diz.

Bahia disse ainda que o Brasil está servindo de modelo para países de primeiro mundo com relação a essas ferramentas de controle fiscal tributário, que são de alta complexidade.

(Fonte: DCI – 17/09/2018)

7